

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Aplicadas e Educação – CCAE
Graduação em Ciências Contábeis

APLICAÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS DO GOVERNO FEDERAL COM A COVID-19 NO PERÍODO DE 2020 A 2022

Área Temática: Contabilidade Pública

Débora Otília Ferreira de Sales – UFPB – deborafsales@hotmail.com
Isabelle Carlos Campos Rezende Cavalcante – UFPB – isabelle.rezende@academico.ufpb.br

Resumo

A população mundial fora surpreendida no final do ano 2019, ao se deparar com notícias, advindas da cidade de Wuhan, na China, sobre a presença de um vírus, denominado de coronavírus (SARS-CoV-2), agente causador da doença COVID-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), uma situação pandêmica, alertando o mundo da gravidade do vírus que se espalhava por vários países. Nesse sentido, este artigo teve como objetivo geral demonstrar como os gastos públicos foram aplicados pelo Governo Federal com a Covid-19 no período de 2020 a 2022. O método utilizado foi exploratório e descritivo, adotando quanto à abordagem do problema a pesquisa quantitativa. Os resultados mostraram que a prioridade inicial do governo fora a de assegurar uma renda mínima para os cidadãos, motivo pelo qual o Ministério da Cidadania fora a pasta com mais destinação de recursos em 2020 e 2021, havendo ainda outras medidas econômicas. Pode-se verificar que só em 2022 o Ministério da Saúde aparece como a pasta com mais utilização de verba pública relacionados a COVID-19. Esta pesquisa contribui na complementação dos trabalhos científicos já publicados, também na importância do constante acompanhamento e monitoramento no que diz respeito ao uso dos recursos públicos. Sugere-se para futura pesquisa, análise da aplicação dos repasses pelos entes federativos, estudos que detalhem os gastos públicos com a COVID-19, efetuados pelos estados e algum mais focado nos recursos previstos e pagos pelo Ministério da Saúde em anos anteriores até o período pós-pandêmico.

Palavras-chave: Covid-19. Pandemia. Gastos Públicos. Governo Federal. Monitoramento.

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S163a Sales, Debora Otilia Ferreira de.

Aplicação dos gastos públicos do Governo Federal com a COVID-19 no período de 2020 a 2022 / Debora Otilia Ferreira de Sales. - Mamanguape, 2022.

11 f.

Orientação: Isabelle Carlos Campos Rezende Cavalcante.

TCC (Graduação) - UFPB/CCAE.

1. Covid-19. 2. Pandemia. 3. Gastos Públicos Governo Federal. I. Cavalcante, Isabelle Carlos Campos Rezende. II. Título.

UFPB/CCAE

CDU 336.14

Elaborado por Michelle de Kássia Fonseca Barbosa - CRB-738

1 Introdução

Os países que mais apresentaram publicações sobre a Covid-19 e gastos públicos com saúde durante o ano de 2020, foram os Estados Unidos da América (EUA), China e alguns países da Europa (Inglaterra, Austrália e Itália), em decorrência de, no final do ano 2019, a população mundial ter se deparado com informações sobre casos de pneumonia grave na cidade de Wuhan, na China, causada por vírus denominado (SARS-CoV-2), causador da Covid-19. Nesse diapasão, o surto pandêmico causou uma reviravolta mundial, provocando mudanças, não apenas, com relação ao distanciamento social, mas especialmente aos gastos públicos realizados pelos governos (Viswanath; Monga, 2020; Leite et.al, 2022).

Com a emergência, declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), especialmente, o governo brasileiro, diante da gravidade e para enfrentamento das medidas de saúde pública, desembolsou 39,5 bilhões de reais no ano de 2020, por meio do Ministério da Saúde (MS), o que representou 1,63% dos gastos totais das despesas realizadas naquele ano (4,13 trilhões), conforme Lei Orçamentária Anual de 2020 (LOA), consoante os dados do Tesouro Nacional e informações divulgadas no Portal da Transparência no exercício de 2022 (Portal da Transparência, 2022).

Sobres despesas públicas ou gastos públicos, Piscitelli e Timbó (2019) e Gomes et. al (2022) preconizam que os gastos públicos consistem em quantidades gastadas pela administração pública, dispêndio de recursos do patrimônio público, que representam saídas de dinheiro, para pagamento de obrigações geradas. Portanto, o maior desafio dos gestores públicos, diante do contexto pandêmico, foi a efetivação do controle dos recursos (receitas e gastos públicos) de forma eficiente e transparente, considerando que algumas formalidades e limites foram abrandados em decorrência da urgência demandada (Soares, 2019), principalmente, com relação aos gastos.

Nesse sentido, torna-se relevante destacar o Decreto Legislativo nº. 06, de 20 de março de 2020, que reconheceu o estado de calamidade pública, e aliado à Lei nº. 13.979/2020, previu em seu art. 4º a dispensa de licitação para compra de bens, serviços e insumos de saúde para o combate e enfrentamento da Covid-19. Esse decreto inseriu inúmeros outros gastos que não estavam previstos no orçamento público, para o ano de 2020, e que, também, rompia algumas barreiras para o desembolso de recurso público, como, por exemplo, a criação do auxílio emergencial, benefício emergencial de manutenção do emprego e da renda, estabelecidos pelo governo federal. Dessa maneira, explora-se uma lacuna, levantando a seguinte questão de pesquisa: **Como os gastos públicos foram aplicados pelo Governo Federal com a Covid-19 no período de 2020 a 2022?**

Visando responder ao problema, o objetivo geral norteou em demonstrar como os gastos públicos foram aplicados pelo Governo Federal com a Covid-19 no período de 2020 a 2022, a partir de uma pesquisa exploratória e quantitativa, com a utilização de dados secundários coletados no portal da transparência. Assim, cabe evidenciar a relevância do acompanhamento e monitoramento, no que diz respeito à aplicação e uso dos recursos públicos, ressaltando, os gastos, de acordo com os regramentos, e do dever de transparência para auxílio do controle social, visto que o interesse é o da coletividade e com a COVID-19, especificamente, o bem tutelado é a vida e a saúde, assim como a busca pela observância da legislação vigente aplicável e os preceitos contábeis.

Faz-se menção ainda que no cenário da Covid-19 observam-se os auxílios destinados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, seja pelo envio de recursos públicos, seja pela suspensão do pagamento das dívidas que àqueles tinham com a União, o que de uma maneira ou de outra trouxe, ainda, mais impactos ao orçamento público. Destarte, esta pesquisa contribui na complementação dos trabalhos científicos já publicados que envolvem a temática abordada,

considerando que, mesmo com o avanço do debate, há bem mais publicações sobre a Covid-19 voltadas para área da saúde (Leite et.al, 2022).

O presente trabalho está estruturado pela introdução, seguido do referencial teórico, apresentando a discussão do cenário da Covid-19 e os gastos públicos, enfatizando seu conceito e importância. O terceiro tópico trata dos aspectos metodológicos e o quarto tópico apresenta a análise e discussão dos resultados, de forma comparativa. Por último, as considerações finais, exibindo as limitações e sugestões para futuras pesquisas.

2 Fundamentação Teórica

2.1 Cenário da Covid-19

Data-se em dezembro de 2019 o aparecimento dos primeiros casos de COVID-19 na cidade de Wuhan, China, que foram inicialmente diagnosticados como pneumonia grave, e que, mais tarde, as amostras respiratórias dos infectados mostraram a presença do coronavírus (SARS-CoV-2), ficando demonstrado o agente causador da doença a COVID-19 (Viswanath; Monga, 2020; Leite et.al, 2022).

Devido ao alto poder de propagação, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPEII), em 30 de janeiro de 2020, e viu-se instada a decretar como sendo uma pandemia em 11 de março de 2020, trazendo uma série de recomendações, tais como distanciamento social, uso de máscaras, isolamento de casos suspeitos, limpeza e desinfecção de ambientes e higienização das mãos.

No Brasil, a confirmação dos primeiros casos ocorreu em fevereiro de 2020, momento em que diversos países já estavam sofrendo as consequências da Covid-19. Ainda no início de fevereiro, antes mesmo da confirmação do primeiro caso, devido ao rápido alastramento do vírus, o país declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN).

2.2 Gastos Públicos

A destinação dada aos recursos públicos, estabelecida no orçamento, pelos governos, influencia, diretamente, na qualidade de vida dos cidadãos, com a finalidade de fornecer serviços adequados (Portal da Transparência do Governo Federal, 2022). Sendo assim, por meio da aplicação e uso dos recursos públicos, verifica-se a qualidade dos serviços públicos como um todo, desde a saúde, educação, até a infraestrutura das cidades. Assim, pode-se afirmar que o direito a dignidade da pessoa humana, na Constituição, depende diretamente do emprego dos recursos públicos, pois, se mal alocados, os serviços prestados pelo governo não serão suficientes a suprir as demandas da sociedade.

Ressalte-se que essas demandas são ilimitadas e a cada dia surgem mais, ocasionando mais pressão por gastos, mas os recursos são limitados. Então o governo deve gastar de forma racional, a fim de que focar nas necessidades básicas e essenciais do cidadão. Como exemplo, destaca-se a pandemia decorrente da COVID-19 demandando dos gestores a realocação de verbas públicas para a criação de novos leitos de hospitais, aquisição de mais equipamentos, contratação de mais pessoal, implantação de novas medidas sanitárias e uma gama de serviços novos que deveriam ser incorporados aos já prestados.

Assim, no monitoramento dos gastos da União com combate à COVID-19 verifica-se um valor de R\$ 524 bilhões que saíram dos cofres públicos no momento inicial da pandemia, tais recursos foram destinados desde auxílio as pessoas em situação de vulnerabilidade, aquisição de vacinas e insumos utilizados na prevenção e combate, auxílio financeiro aos entes federativos até benefício emergencial de emprego e renda, cotas dos fundos garantidores de operações de crédito, além das despesas adicionais (Leite et. al, 2022).

Nesse contexto, o conceito de despesa pública pode ser afirmado por Piscitelli e Timbó (2019) que destaca ser o “dispêndio de recursos do patrimônio público, representado essencialmente por uma saída de recursos financeiros, imediata – com redução de disponibilidades – ou mediata – com reconhecimento dessa obrigação”. Dessa maneira, tem-se que a recorrente análise dos gastos públicos se faz necessária com o objetivo de verificar a adequação da aplicação desses recursos no atendimento das necessidades básicas da população, assim como a saúde financeira do governo.

Ademais, a Secretaria do Tesouro Nacional em 2007 ao lançar um manual de procedimentos sobre despesas públicas traz o conceito sobre dois enfoques, o patrimonialista e o orçamentário. O patrimonialista é voltado para a análise da variação passiva que pode resultar da diminuição de ativos ou do aumento de passivos, diminuindo sua situação patrimonial. No tocante ao enfoque orçamentário, despesas constituem as saídas de recursos, seja para manutenção de suas atividades, seja para a construção e manutenção de bens públicos com o fito de atender as demandas da coletividade.

Para Piscitelli e Timbó (2019) o orçamento público constitui o “instrumento de que dispões o Poder Público (em qualquer das suas esferas) para expressar, em determinado período, seu programa de atuação, discriminando a origem e o montante dos recursos a serem obtidos, bem como a natureza o montante dos dispêndios efetuados”. Cabe observar que é através do orçamento que se traz o quanto busca arrecadar e a destinação que se dará, ou seja, quais serão os gastos que a administração pública terá naquele ano.

Assim, conclui-se que, juntamente, com a crise sanitária e seus reflexos sociais, os gastos públicos se elevaram de maneira considerável devido uma demanda imprevisível, é o que afirma Leite et. al (2022) ao destacar que “achatar a curva de novos casos de infectados; reduzir o número de óbitos; a realização da política de distanciamento social e quarentena; consoante à aplicação de testes em massa e rastreamento de infectados, exigiu um aumento da capacidade do sistema público de saúde.”

3 Metodologia da Pesquisa

3.1 Tipologia do estudo

Este estudo foi caracterizado como uma pesquisa exploratória e descritiva, pois teve como objetivo geral apresentar como os gastos públicos foram aplicados pelo governo federal com a Covid-19 no período de 2020 a 2022. De acordo com Gil (2019, p.26) “as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”, podendo apresentar o detalhamento das particularidades do objeto do estudo.

Também vale destacar que adotou-se quanto a abordagem do problema a pesquisa quantitativa, tendo como justificativa a tabulação dos gastos mensais em valores e suas variações, por ano, do governo federal, do período estudado (aspecto quantitativo). Do mesmo modo, para auxiliar na coleta dos dados usou-se da pesquisa documental, de fonte secundária, que segundo Martins e Theóphilo (2016, p.53) “a estratégia de pesquisa documental é característica dos estudos que utilizam documentos como fonte de dados, informações e evidências. Os documentos são dos mais variados tipos, escritos ou não”. Portanto, foram realizadas as buscas em *sites* e portal da transparência para captar as informações. Esse detalhamento foi exposto no tópico sobre coleta dos dados.

3.2 Universo e amostra

O universo da pesquisa abrangeu o volume dos gastos públicos, que são as despesas, geradas pelo Governo Federal Brasileiro, referente ao período de pandemia, se caracterizando como um período de saúde pública emergencial.

3.3 Procedimentos de coleta e tratamento dos dados

Os dados foram coletados por meio do Portal de Transparência do Governo Federal Brasileiro, do *site* do Ministério da Saúde e do Tribunal de Contas da União (TCU). Além disso, foi utilizado o canal “Acesso à Informação”, que é um ícone localizado na página do Ministério da Saúde, permitindo ao cidadão poder encaminhar seus pedidos, questionamentos e solicitações de acesso à informação, sobre qualquer conteúdo de interesse, através do “Fala.BR”, que é uma plataforma integrada de Ouvidoria e acesso à informação, podendo ser acompanhado os prazos e as respostas, conforme mostra a Figura 1.

Figura 1 Plataforma Fala.BR

Fonte: Portal da Plataforma Fala.BR (2022)

Nesta plataforma o cidadão efetua seu cadastro para ter acesso a solicitação das informações. Dessa maneira, cabe destacar que os períodos estudados corresponderam aos gastos com a COVID-19 realizados pelo Governo Federal referente a 30 (trinta) meses, detalhados da seguinte forma: 12 meses (Janeiro a Dezembro) do ano de 2020, 12 meses (Janeiro a Dezembro) do ano de 2021 e 06 meses (Janeiro a Junho) do ano de 2022. Por fim, para coletar as informações serão encaminhadas as seguintes questões, listadas no Quadro 1.

Quadro 1 Questão enviadas para o “Fala.BR”

“Questões Padrões”
1. Qual a composição dos gastos do Governo Federal com a COVID-19 no mês -----, no ano de -----? Ou seja, com que o Governo Federal gastou tais valores?
2. O Governo Federal enfrentou alguma resistência ao realizar os gastos com a COVID-19 no mês -----, no ano de -----?

Fonte: Elaboração própria (2022).

Essas “Questões Padrões”, assim denominadas, foram adotadas como forma de uniformizar o questionamento a respeito da composição dos gastos mês a mês, de cada ano,

para receber as informações de forma detalhada, com a finalidade de receber respostas mais amplas e não sumarizadas. Por isso, não foi indagado questões sobre a composição dos gastos públicos de forma anual, mas referente a cada mês.

Igualmente, após verificado a resposta, buscou-se no portal de transparência as informações, as quais foram organizados em tabelas, evidenciando a estatística descritiva que trata da organização, sumarização e descrição de um conjunto de dados do estudo, segundo Martins e Domingues (2011), sendo apresentadas as frequências absolutas e relativas. Após a organização e tabulação realizou-se as análises e inferências.

4 Resultados e Discussão

4.1 Resposta recebida da plataforma “Fala.BR”

Após enviado as questões para compor os resultados foi obtida a seguinte resposta, como apresentado no Quadro 2, pela Plataforma “Fala.BR”.

Quadro 2 Resposta recebida da plataforma “Fala.BR”

Respostas dada pelo Portal da Plataforma Fala.BR (2022)
Senhor(a), O Serviço de Informações ao Cidadão do Ministério da Economia agradece o seu contato. Em atenção à sua solicitação, esclarecemos que a composição dos gastos da União em razão da pandemia de COVID-19 pode ser verificada no painel intitulado "Monitoramento dos Gastos da União com Combate à COVID-19", disponível no seguinte endereço eletrônico: Monitoramento dos Gastos da União com Combate à COVID-19? Tesouro Transparente. Nele é possível consultar a composição e o montante dos gastos em questão, desde fevereiro de 2020 até o ano de 2022, com saldos acumulados mensalmente. Deste modo, considerando que a informação está disponível em formato eletrônico de acesso universal, tendo sido informado nesta mensagem o meio de acesso a ela, esta Secretaria do Tesouro Nacional (STN) está desobrigada de fornecer a informação diretamente na forma requerida, conforme estabelece o § 6º do art. 11 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, bem como o Parágrafo único do art. 17 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. Por fim, no que tange ao segundo questionamento, verifica-se que seu cunho é de caráter consultivo e não de solicitação de informações produzidas e acumuladas por esta STN, não sendo ela abrangida pela Lei nº 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação), nos termos do item 2.1 da Guia de procedimentos para atendimento à Lei de Acesso à Informação e utilização do Fala.BR? Português (Brasil) (www.gov.br). Atenciosamente,

Fonte: Resposta recebida da plataforma (2022).

Em função da resposta direcionou-se as fontes de pesquisas para coleta dos dados e análise, apresentado nas seções a seguir.

4.2 Aplicação dos Gastos da União com a COVID-19 no ano de 2020

Em virtude da crise sanitária que assolou não apenas o Brasil, mas o mundo inteiro, os gestores se depararam com grande desafio, o de readequar seus orçamentos a nova realidade enfrentada, devendo realocar os recursos para medidas voltadas a conter os impactos da pandemia. As consequências decorrem da COVID-19 não ficariam apenas no campo sanitário, mas também econômico, gerando uma crise que já superaria os da Grande Depressão de 1929, é o que afirma o autor Bresser-Pereira (2020).

Conter o avanço da doença, o número de óbitos, ampliar o número de leitos hospitalares, executar diversas políticas públicas específicas para o enfrentamento a COVID-19, ensejou impacto tanto para as empresas quanto para o Estado. Conforme, Bresser-Pereira (2020, p.605) “para as empresas, porque foram obrigadas a limitar suas atividades. Para o Estado, porque

precisou aumentar seus gastos em saúde, que são relativamente pequenos, mas são altos quando o problema é neutralizar as perdas econômicas que a pandemia está causando.

Deste modo, observou-se que o valor de gastos com a COVID-19 previstos para o ano de 2020, como mostra a Tabela 1, foi de R\$ 604,75 bilhões, mas só sendo executado efetivamente R\$ 524,02 bilhões, ou seja, sendo utilizado 86,65% dos recursos públicos previstos para o ano. Lideram o *ranking* das destinações de verbas públicas, em primeiro lugar, o pagamento do auxílio emergencial, sendo desembolsado R\$ 293,11 bilhões, representando mais da metade do total gasto com o benefício financeiro que fora criado para atender pessoas em situação de vulnerabilidade em decorrência da COVID-19, visando garantir uma renda mínima.

Em segundo lugar verifica-se o auxílio financeiro aos Estados, Municípios e Distrito Federal com R\$ 78,25 bilhões, representando 14,93% do valor total gasto, seguido dos valores destinados as cotas dos Fundos Garantidores de Operações e de Crédito, destinados a crédito para micro e pequenas empresas com R\$ 58,09 bilhões, sendo um dos poucos em que o valor previsto fora integralmente pago, compreendendo 11,08% do montante geral.

Fazendo o caminho inverso e analisando a destinação de onde fora empregado menos recursos, destaca-se: ampliação do bolsa família com R\$ 0,37 bilhões; a transferência para a conta de desenvolvimento energético com R\$ 0,9 bilhões; e, aquisição de vacinas e insumos para prevenção e controle com R\$ 2,22 bilhões.

Tabela 1 Gastos com a COVID-19 no ano de 2020

Gastos com a COVID-19 (R\$ Bilhões)	Previsto	Pago
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	R\$ 46,33	R\$ 42,70
Aquisição de Vacinas e Insumos para Prevenção e Controle	R\$ 24,51	R\$ 2,22
Cotas dos Fundos Garantidores de Operações e de Crédito	R\$ 58,09	R\$ 58,09
Auxílio Financeiro aos Estados, Municípios e DF	R\$ 79,19	R\$ 78,25
Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade	R\$ 322,00	R\$ 293,11
Financiamento da Infraestrutura Turística	R\$ 5,00	R\$ 3,08
Transferência para a Conta de Desenvolvimento Energético	R\$ 0,90	R\$ 0,90
Concessão de Financiamento para Pagamento de Folha Salarial	R\$ 6,81	R\$ 6,81
Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	R\$ 51,55	R\$ 33,50
Ampliação do Programa Bolsa Família	R\$ 0,37	R\$ 0,37
Programa Emergencial de Acesso a Crédito – Maquininhas	R\$ 10,00	R\$ 5,00
TOTAL	R\$ 604,75	R\$ 524,02

Fonte: Tesouro Nacional Transparente (2022)

Nesse sentido, pode-se verificar que o foco da União no primeiro momento fora em assegurar que os cidadãos tivessem renda mínima para o seu sustento, tendo em vista a paralisação de grande parte do setor econômico, assim, ao Ministério da Cidadania fora destinado R\$ 296,1 bilhões o que representa quase 57% do valor total liberado.

Conclui-se, assim, que mesmo a totalidade das quantias das outras pastas não são capazes de superá-lo, como exemplos tem-se o Ministério da Economia, por sua vez, ficou com R\$ 178,7 bilhões (34%), o Ministério da Saúde com R\$ 39,5 bilhões (7,5%), o do Turismo com R\$ 6,1 bilhão (1,2%), o Ministério da Educação R\$ 1,2 bilhão (0,23%) (TESOURO NACIONAL TRANSPARENTE, 2022).

4.3 Aplicação dos Gastos da União com a COVID-19 no ano de 2021

Seguindo para a análise dos gastos com a COVID-19 no ano de 2021 o valor previsto representa ¼ da previsão do ano anterior, ou seja, cerca de 25%, sendo de R\$ 150,21 bilhões, mas só sendo efetivamente gasto R\$ 121,44 bilhões, pouco mais de 80%. Em mais um ano, seguido, verifica-se que o gasto com o pagamento do auxílio emergencial a pessoas em situação

de vulnerabilidade fora o que mais demandou desembolso de recursos públicos com R\$ 60,58 bilhões, representando quase metade do valor total dispendido com a COVID-19 em 2021, mas que se comparado a quantia que fora distribuída no ano anterior, tem-se uma redução significativa de R\$ 293,11 bilhões para R\$ 60,58 bilhões, de quase 80%.

No que diz respeito ao segundo lugar em que mais fora gasto dinheiro público, não mais figura o auxílio financeiro aos Estados, Municípios e Distrito Federal com que sequer aparece na Tabela 2, tomando o seu lugar as despesas adicionais do Ministério da Saúde e demais Ministérios com R\$ 25,77 bilhões.

Já a aquisição de vacinas e insumos para prevenção e controle da COVID-19 que em 2020 fora alocado apenas R\$ 2,22 bilhões, em 2021 houve um dispêndio de R\$ 21,79 bilhões, sendo o valor quase 10 vezes maior que o ano anterior, ou seja, no primeiro ano da pandemia. Observou-se, também, a queda no setor turístico devido as restrições sociais impostas decorrentes da situação pandêmica, verificando o financiamento da infraestrutura turística como a pasta com menor alocação de recursos, com R\$ 0,59 bilhão, menos de 50% do previsto e representando aproximadamente 20% do valor pago no ano anterior.

Ainda sob perspectiva do lugar em que o dinheiro público fora menos empregado, temos as cotas dos Fundos Garantidores de Operações de Crédito com R\$ 5 bilhões, que em 2020 figurava em terceiro lugar com mais recursos destinados (R\$ 58,09 bilhões), e o benefício emergencial de manutenção do emprego e da renda com R\$ 7,71 bilhões, queda de quase 70%.

Tabela 2 Gastos com a COVID-19 no ano de 2021

Gastos com a COVID-19 (R\$ Bilhões)	Previsto	Pago
Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade	R\$ 68,05	R\$ 60,58
Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	R\$ 10,67	R\$ 7,71
Cotas dos Fundos Garantidores de Operações e de Crédito	R\$ 5,00	R\$ 5,00
Financiamento da Infraestrutura Turística	R\$ 1,32	R\$ 0,59
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	R\$ 32,60	R\$ 25,77
Aquisição de Vacinas e Insumos para Prevenção e Controle	R\$ 32,58	R\$ 21,79
TOTAL	R\$ 150,21	R\$ 121,44

Fonte: Tesouro Nacional Transparente (2022)

Seguindo a mesma linha do ano anterior, o foco do Governo Federal continuou sendo garantir uma renda mínima aos cidadãos brasileiros com o pagamento do auxílio emergencial a pessoas em situação de vulnerabilidade e que embora o montante seja bem menor que o de 2020, continuou representando uma grande parcela se analisados em pontos percentuais em relação ao valor total gasto, em 2020 ficou por volta de 56% do valor total e em 2021 por volta de 50% do valor total.

Assim, o Ministério da Cidadania continuou sendo a pasta a qual tivera mais recursos destinados com R\$ 61,7 bilhões (50,8%), segundo os dados contidos em site oficial de transparência do Governo Federal, ainda, o Ministério da Saúde fica em segundo lugar R\$ 44,6 bilhões (36,2%) e o Ministério da Economia em terceiro lugar com R\$ 12,8 bilhões (10,5%), invertendo a ordem do ano passado (TESOURO NACIONAL TRANSPARENTE, 2022).

4.4 Aplicação dos Gastos da União com a COVID-19 no ano de 2022

No que se refere ao ano de 2022, os dados foram atualizados até o mês de setembro, tendo em vista ainda estarmos no último bimestre do ano, mas o que de pronto pode ser visto é a grande redução de gastos com a COVID-19, quando enfim o contágio e as mortes se mostram em números reduzidos. Logo, o que iniciou em 2020 com R\$ 524,02 bilhões pagos, sendo em 2021 R\$ 121,44 bilhões, no ano corrente, até o mês de setembro apresenta a soma de R\$ 19,36 bilhões, correspondendo a 3,69% do valor dispendido em 2020 e 15,94% do valor de 2021.

Agora, o foco não gira mais em torno do auxílio financeiro destinados as pessoas em situação de vulnerabilidade, mas sim com as despesas adicionais do Ministério da Saúde e demais Ministérios em decorrência da COVID-19, sendo previsto R\$ 13,59 bilhões, mas sendo efetivamente pago R\$ 9,20 bilhões, representando 47,52% do valor total dispendido.

Em sequência nota-se os gastos com compras de vacinas e insumos para prevenção e controle da COVID-19 com previsão de R\$ 9,20 bilhões, mas com R\$ 6,16 bilhões desembolsados até o mês de setembro, correspondendo a 31,81% do valor total. Ainda, em terceiro lugar dos maiores gastos com a COVID-19 em 2022, tem-se o auxílio emergencial que dos previstos R\$ 5,65 bilhões foram pagos R\$ 4 bilhões, obtendo o menor percentual em relação aos dois anos anteriores com 20,66%.

Deve-se atentar que para o ano de 2022 não fora previsto gasto com financiamento da infraestrutura turística que guardem ligação com a COVID-19. No que diz respeito ao benefício emergencial de manutenção de emprego e renda houve previsão de R\$ 0,15 bilhão, mas que até o mês de setembro não fora informado gasto algum.

Nesse sentir, dos R\$ 28,59 bilhões previstos em gastos com a COVID-19 até o mês de setembro foram executados R\$ 19,36 bilhões, o que corresponde a 67,71% do total previsto.

Tabela 3 Gastos com a COVID-19 no ano de 2022

Gastos com a COVID-19 (R\$ Bilhões)	Previsto	Pago
Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade	R\$ 5,65	R\$ 4,00
Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	R\$ 0,15	R\$ 0,00
Financiamento da Infraestrutura Turística	R\$ 0,00	-
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	R\$ 13,59	R\$ 9,20
Aquisição de Vacinas e Insumos para Prevenção e Controle	R\$ 9,20	R\$ 6,16
TOTAL	R\$ 28,59	R\$ 19,36

Fonte: Tesouro Nacional Transparente (2022)

Decorrido pouco mais de 2 (dois) anos o cenário mudou, o número de infectados e de mortos diminuiu, as vacinas foram ofertadas e todos esses efeitos geraram consequências que podem ser verificados quando analisados os gastos com a COVID-19 contidos na Tabela 3.

No que concerne aos valores destinados aos ministérios, verifica-se outra realidade, o Ministério da Cidadania não mais se encontra como a pasta que recebeu mais recursos, mas sim o da Saúde com R\$ 10,9 bilhões representando 56,3% do total gasto. Na sequência vem o Ministério da Cidadania com R\$ 4,7 bilhões (24,28%) e o da Educação com R\$ 3,7 bilhões (19,11%).

5 Considerações finais, limitações e sugestões para futuras pesquisas

Este estudo objetivou demonstrar como os gastos públicos foram aplicados pelo Governo Federal com a Covid-19 no período de 2020 a 2022. Sua delimitação ocorreu devido ao aparecimento da COVID-19 nos anos de 2020 e sua continuidade e efeitos durante os anos de 2021 e 2022. O método utilizado para análise fica caracterizado como uma pesquisa exploratória e descritiva devido o objetivo geral. Ainda, fora adotado quanto a abordagem do problema a pesquisa quantitativa.

Na análise dos resultados foi demonstrado que devidos as paralizações das atividades em 2020 com o fito de conter o avanço do vírus o foco da União no primeiro momento fora em assegurar que os cidadãos tivessem renda mínima para o seu sustento, sendo destinado ao Ministério da Cidadania R\$ 296,1 bilhões o que representou quase 57% do valor total liberado.

Do mesmo modo, teve como prioridade o auxílio financeiro aos Estados, Municípios e Distrito Federal com R\$ 78,25 bilhões, representando 14,93% do valor total gasto, seguido dos valores destinados as cotas dos Fundos Garantidores de Operações e de Crédito destinados a

crédito para micro e pequenas empresas com R\$ 58,09 bilhões, podendo concluir que as prioridades de primeira ordem foram econômicas.

Entende-se que devido ao enfrentamento de um inimigo desconhecido e de alto contágio, o primeiro plano fora o de assegurar o sustento às famílias, a ajuda aos estados e municípios para os gastos extras e o suporte às micro e pequenas empresas, tudo isso enquanto ainda se realizava estudos acerca da eficácia dos medicamentos e dos estudos sobre a vacina.

Verificou-se que na mesma linha do ano anterior, o foco do Governo Federal em 2021 continuou sendo garantir uma renda mínima aos cidadãos brasileiros com o pagamento do auxílio emergencial a pessoas em situação de vulnerabilidade, no entanto tivera uma redução significativa, mas que se analisar em pontos percentuais se assemelha ao ano anterior ficando por volta de 50% do valor total gasto, assim, o Ministério da Cidadania continuou sendo a pasta a qual tivera mais recursos destinados com R\$ 61,7 bilhões (50,8%).

Passados aproximadamente 2 (dois) anos do início da pandemia o foco não gira mais em torno do auxílio financeiro destinados as pessoas em situação de vulnerabilidade, mas sim com as despesas adicionais do Ministério da Saúde e demais Ministérios em decorrência da COVID-19, sendo previsto R\$ 13,59 bilhões, mas sendo efetivamente pago R\$ 9,20 bilhões, representando 47,52% do valor total dispendido. Logo a pasta que recebeu mais recursos até setembro de 2022 tivera sido o Ministério da Saúde com R\$ 10,9 bilhões representando 56,3% do total gasto com a COVID-19.

Como limitações da pesquisa cita-se o grau de detalhamento das informações prestadas pelo site oficial da transparência de gastos da União, em que não destrincha mês a mês dos anos em estudo, assim como não traz as especificações dos recursos empregados. A título de sugestão para novos estudos, cite-se o acréscimo na análise da aplicação dos repasses para os entes federativos. Outro estudo seria mais focado nos recursos previstos e pagos pelo Ministério da Saúde em anos anteriores até o período pós-pandêmico. Por fim, pode-se ainda sugerir outras pesquisas que possam detalhar os gastos públicos com a COVID-19 efetuados pelos estados.

Referências

Brasil. Ministério da Fazenda. (2007). Secretaria do Tesouro Nacional. Despesas Públicas: manual de procedimentos. Brasília: STN/Coordenação-Geral de Contabilidade.

Bresser-Pereira, L. C. (2020). Financiamento da Covid-19, inflação e restrição fiscal. *Brazilian Journal of Political Economy*, 40, 604-621.

Cavalcante, J. R., dos Santos, A. C. C., Bremm, J. M., Lobo, A. D. P., Macário, E. M., Oliveira, W. K. D., & França, G. V. A. D. (2020). COVID-19 no Brasil: evolução da epidemia até a semana epidemiológica 20 de 2020. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 29.

De Andrade Martins, G., Theóphilo, C. R. (2016) *Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas*. 3ª edição. Grupo GEN.

De Lima, S. C., & Muniz, J. A. (2016). *Contabilidade pública: análise financeira governamental*. Atlas.

Dos Santos Amasilis, G. (2022). *Análise dos gastos públicos do governo de Minas Gerais na função saúde entre 2010 e 2020*. Disponível em: <http://monografias.fjp.mg.gov.br/handle/123456789/2894>

Estevão, A. (2020). COVID-19. *Acta Radiológica Portuguesa*, 32(1), 5-6.

- Gil, A. C. (2019). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 7ª edição. Grupo GEN.
- Gomes, G. G. P., de Alencar, M. R. X., Miranda, L. D. S., Chagas, M. J. R., & de Moraes, H. A. R. (Orgs.). (2022) *Eficiência da Aplicação dos Gastos Públicos com Saúde no Combate a Pandemia: Uma Análise nas Unidades Federativas Brasileiras no Ano 2020*. <https://congressousp.fipecafi.org/anais/22UspInternational/ArtigosDownload/3724.pdf>
- Leite, A. C. R., de Oliveira, A. R. V., Feitosa, M. I. D. C., de Alencar, M. R. X., Chagas, M. J. R., & Leal, P. H. (2022) Covid-19 e gastos públicos com saúde: o que se pesquisou a respeito disso durante o ano de 2020? *IX Encontro de Administração Pública da ANPAD VI, EnAPG 2022*.
- Melo, L. F. M., Araújo, I. P., & Leite, H. F. *Os Impactos da Covid-19 na Busca pela Sustentabilidade Fiscal do Estado Brasileiro*. XIX Publicação Semestral 2021.2. Revista Jurídica do Curso de Direito da UESC.
- Nascimento, D. D. M. (2022). *Impacto da Pandemia do Covid-19 no nível de agressividade fiscal das empresas brasileiras* (Bachelor's thesis, Universidade Federal do Rio Grande do Norte).
- Piscitelli, R. B., Timbó, M. Z. F. (2019). *Contabilidade Pública: uma abordagem da administração financeira pública*. Atlas.
- Plataforma FALA.BR. *Plataforma integrada de ouvidoria e acesso à informação*. <https://falabr.cgu.gov.br/Login/Identificacao.aspx?idFormulario=1&tipo=5&ReturnUrl=%2fpublico%2fManifestacao%2fRegistrarManifestacao.aspx%3fidFormulario%3d1%26tipo%3d5%26origem%3didp%26modo%3d>. Acesso em: 19 de junho. 2022.
- Portal da Transparência do Governo Federal. Disponível: <https://www.portaldatransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/orcamento-publico>. Acesso em: 07 de dezembro. 2022.
- VISWANATH, A.; MONGA, P. Working through the COVID-19 outbreak: Rapid review and recommendations for MSK and allied health personnel. *Journal of clinical orthopaedics and trauma*, v. 11, n. 3, p. 500-503, 2020.